



O CONCEITO DE MEDICALIZAÇÃO NO DISCURSO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE CONCEPT OF "MEDICALIZATION" IN SPEECH OF TEACHERS FROM FUNDAMENTAL SCHOOL

Erico I p Paula
Helena de Ornellas Sivieri-Pereira

RESUMO

O artigo reúne resultados de pesquisa qualitativa realizada em município do estado de Minas Gerais, sobre as relações entre a Educação e a Psicologia no discurso de profissionais da educação básica pública. O problema refere-se à inserção de novos profissionais na rede pública de educação (assistentes sociais e psicólogos) e os dados são provenientes de entrevistas com professores efetivos na rede pública, estadual e municipal. Foram estimuladas reflexão e expressão sobre: a importância da Psicologia no contexto escolar e as possíveis ações pelas quais o psicólogo se responsabilizaria. As análises foram sustentadas com base em referenciais sobre Formação de Professores, Psicologia Escolar e Educacional e Medicalização. Os resultados permitem comprovar a deslegitimação sentida pelo professor, a visão mágica de Psicologia que apresentam, bem como a importância que têm as demandas afetivas e emocionais desses profissionais. Com relação ao profissional psicólogo, não é clara a ação prática atribuída a ele pelos professores, apesar de serem nítidas as referências a ampliação da visão, esclarecimentos das coisas e respaldo para as coisas psicológicas.

PALAVRAS-CHAVE - Representações Sociais; Educação Continuada; Formação de professores.

ABSTRACT

The article brings together results of qualitative research carried out in a municipality of the state of Minas Gerais, on the relationship between Education and Psychology in the discourse of public primary education professionals. The problem refers to the insertion of new professionals in the public education (social workers and psychologists) and the data came from interviews with effective teachers in the public, state and municipal network. We stimulated reflection and expression on: the importance of Psychology in the school context and the possible actions for which the psychologist would be responsible. The analyzes were based on references on Teacher Training, School and Educational Psychology and Medicalization. The results allow to prove the delegitimation felt by the teacher, the magical vision of Psychology that they present, as well as the importance that the affective and emotional demands of these professionals have. With regard to the professional



psychologist, the practical action attributed to him by the teachers is not clear, although the references to clarification of the vision, clarification of things and support for psychological things are clear.

KEYWORDS - Basic Education; Lifelong education; Teacher education.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a experiência escolar é a forma privilegiada de desenvolvimento, sociabilização e aprendizado, inclusive profissional.

Tradicionalmente, este período da vida é cumprido como uma etapa na inserção em determinado *status*, derivado de seu papel na (re)produção da vida social. De forma concomitante, quando o indivíduo adentra ao processo de socialização secundária - aquele posterior ao nascimento e ao acolhimento familiar - interfere dialeticamente nas estruturas e nas relações sociais que vigoram no interior da instituição educativa. O embate cotidiano resultante das divergências de ordem econômica, moral e cultural, - entre o sujeito a ser normalizado e a estrutura escolar a se constituir emancipatória - tem tornado o ofício docente desgastante e o apoio multidisciplinar imprescindível.

Sendo também professores, sentimos o compromisso de colaborar com o autoconhecimento do profissional docente e de contribuir para assunção da escola como instituição que promove a profissionalidade ideal. Este investimento objetiva-se nas demandas encontradas em discursos produzidos pelos participantes aqui analisados: seja na expressão da falta de perspectivas para realização pessoal, seja na manifestação de ansiedade frente ao desempenho de uma atividade na qual os resultados que a sociedade demanda não chegam. Cada vez mais interdisciplinar, o que costuma entrar em jogo no contexto escolar é a autoridade para interferir no trabalho do outro - o que pretensamente fere autonomias, muitas vezes traduzidas na plena e irrestrita liberdade de organização e ação.

Trazemos nesse texto alguns resultados de pesquisa realizada no estado de



Minas Gerais - em município de médio porte com 300.000 habitantes -, sobre as relações entre a Educação e a Psicologia no interior da escola básica pública. Com a discussão, sobre as Representações Sociais (RS) e os condicionantes da prática docente, pudemos explorar dois aspectos fundamentais: os procedimentos metodológicos que definiram as categorias de análise e a representação dos professores em relação ao conceito de medicalização. A investigação mais ampla está inserida no esforço de compreensão sobre quem é e o que deseja o professor (efetivo) da educação básica na educação pública no município abordado. A experiência docente, que acumulamos na carreira, sugere dilemas relativos à articulação dos saberes pedagógicos e psicológicos no interior da escola, o que serviu também de parâmetro para as análises. Justificamos o trabalho pelo fato de contribuir para conhecer o professor "de perto", no contato direto com suas representações, por meio de entrevistas presenciais desenvolvidas no espaço profissional em que atua.

Historicamente, quando saberes pedagógicos e psicológicos foram colocados em interação dentro da escola, os termos considerados remeteram à relação causal (linear) entre aspectos fisiológicos e problemas de aprendizagem. Contemporaneamente, a crítica ao conceito de biologização da aprendizagem, como preocupação acadêmica no Brasil, ganha grande impulso com a iniciativa de um coletivo - organizado por ocasião das audiências públicas em torno do Projeto de Lei Municipal 86/2006 em São Paulo (SP).

Com o projeto, o vereador Juscelino Gadelha (PSDB) propunha a criação do "Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem diagnosticado como Dislexia". Apresentava como justificativa alguns argumentos controversos como se a dislexia fosse o distúrbio de maior incidência na sala de aula, ou ainda, que sua origem seria hereditária. Os principais fundamentos do projeto foram assim definidos:



Art. 2º A Municipalidade garantirá a participação de especialistas e representantes de Associações de Pais de Alunos portadores de Distúrbios Específicos de Aprendizagem diagnosticado como Dislexia (...)

Art. 4º A Prefeitura desenvolverá sistema de informação e acompanhamento dos alunos que apresentarem sintomas da Dislexia, por meio de cadastro específico (SÃO PAULO, 2006).

Angelucci e Souza (2011) descrevem o processo crítico deflagrado a partir do projeto de lei, bem como os desdobramentos científicos e políticos que surgiram. As autoras narram a trajetória do coletivo inicialmente formado por membros do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (GIQE), do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) e do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi). Como primeiros resultados ocorreram: o lançamento de um manifesto contra o PL; a realização do Seminário "Dislexia: subsídios para políticas públicas" na Câmara Municipal de São Paulo; bem como a organização do I Simpósio Internacional "A Educação medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos". O ponto culminante do processo é a criação do "Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade", que atende o objetivo de monitorar cotidianamente as políticas públicas pensadas e executadas na interface Psicologia e Educação:

Entende-se por medicalização o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como "doenças", "transtornos", "distúrbios" que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades (MONTEIRO; ANGELUCCI; PROENÇA; MOISES, 2010).

Garrido discute a propagação dos enunciados da ciência, do chamado cientificismo, sobre as técnicas de controle e ajustamento social. Exemplificando



com excertos da grande mídia, a autora defende que "tem se produzido, atualmente, uma multiplicidade de diagnósticos psicopatológicos e de terapêuticas que tendem a simplificar as determinações dos sofrimentos ocorridos na infância" (GARRIDO, 2011, p. 29). Os discursos científicos veiculados com valor de verdade, incontestes, revestem-se de autoridade para conduzir políticas públicas, especialmente no campo da Educação.

Nesses termos, a medicalização significa a transposição dos conhecimentos científicos - médicos em especial - para um contexto social não terapêutico. Com base no avanço científico, principalmente na área técnico-biológica, novas concepções sobre a função docente tornam mais complexa a identidade profissional do professor e colocam-no em fragilidade diante das exigências de qualidade que a sociedade cobra. Apesar da especificidade que marca a formação do sujeito docente, em relação aos conhecimentos genuinamente pedagógicos, o que se cobra do profissional em sala é o tratamento de questões didáticas como se fossem genéticas e fisiológicas.

Algumas referências tornaram-se fundamentais no que diz respeito ao cuidado da infância como tempo de vulnerabilidade, bem como de preparo, e as intervenções dirigidas às escolas e famílias tiveram raízes, em geral, nas teorias higienistas - bem como nas ideias preventivas da higiene mental -, nas teorias médicas sobre a degeneração, nas concepções da puericultura e no desenvolvimento das técnicas e conceitos da psicométrica e da psicologia do desenvolvimento. Na atualidade, as pesquisas da bioquímica cerebral têm animado uma certa esperança por uma metodologia de ensino condizente com os novos "achados" sobre o funcionamento cerebral, bem como tem sustentado explicações sobre os comportamentos das crianças e as causas de seu suposto fracasso escolar (GARRIDO, 2011, p. 36).

Também Souza (2011) descreve em retrospectiva a consolidação da hegemonia do discurso médico sobre a sociedade, bem como o desenvolvimento da crítica acadêmica. Inicialmente, a autora aponta que as concepções mais influentes no contexto educacional do final do século 19 decorrem das descobertas



em Psicologia nos campos do behaviorismo e da psicometria. No Brasil, esse arcabouço teórico-prático é especialmente influente na criação do sistema público de educação básica, no início do século 20.

Somente por volta dos anos 1970 surgem correntes que questionam os resultados pedagógicos dessa matriz conceitual. Em contexto nacional, o movimento social relacionado à abertura do regime - fruto da redemocratização, da Assembleia Nacional Constituinte (1988), da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) - produziu as condições necessárias para a pauta da emancipação social e da humanização nas relações interpessoais em âmbito escolar.

Souza registra nesse contexto a exacerbação das críticas aos princípios psicológicos subjacentes às práticas escolares – tendo como expoente os estudos de Maria Helena de Souza Patto sobre "fracasso escolar". Particularmente, os resultados veiculados por Patto permitiram reconhecer que o insucesso diante das exigências escolares recai estatisticamente muito mais sobre meninos e sobre indivíduos oriundos de classes sociais desfavorecidas, do que sobre o restante da população.

Como não existem comprovações objetivas de que distúrbios ou transtornos psicológicos ocorrem em maior medida nesses grupos, é lícito supor que o fato é resultado de questões não biológicas (eminentemente sociais). Em relação às entrevistas aqui analisadas, são frequentes as respostas que desconsideram esse debate, atribuindo ao aluno, ou principalmente à família, as causas do suposto fracasso escolar.

O psiquismo é **um dos aspectos constitutivos do processo de escolarização** e ao elegê-lo como o aspecto central de sua análise, o psicólogo ou qualquer outro profissional incorrerá no erro de desprezar inúmeras outras situações que, segundo várias pesquisas na área educacional apresentam, são constitutivas de ações realizadas pelas crianças e de reações a determinados contextos extremamente hostis (SOUZA, 2011, p. 61, grifo nosso).



Dessa forma, Souza também oferece parâmetros para discutir os problemas decorrentes da ideologia médica, especialmente quando imposta à educação escolar. A saber, toda construção epistemológica que influencia o conhecimento pedagógico a partir da matriz médica, imputa ao indivíduo as causas da baixa qualidade na escola. O objetivo geral nesse texto é expor as representações dos professores que são ancoradas em imagens da ideologia médica. Neste trabalho buscamos delimitar a categoria medicalização, apresentar trechos significativos que foram extraídos dos discursos e oferecer uma interpretação sobre a realidade escolar do município estudado.

MÉTODO

As Representações Sociais (RS) são aqui tomadas como fundamento teórico-metodológico, pois reconhecemos que as percepções e concepções sobre o mundo decorrem de interações engendradas no contexto social. Na Teoria das Representações Sociais (TRS) é elemento presente a ideia de que as representações caracterizam modalidade de conhecimento, aproximada ao senso comum. Outro recurso importante no âmbito desse paradigma diz respeito à definição de dois universos de pensamento: o reificado e o consensual. No caso, o pensamento reificado opera como o discurso científico, no qual as assertivas ganham valor de verdade. O pensamento consensual, por outro lado, opera a partir de elementos do senso que é compartilhado por determinado grupo.

Moscovici (1978) destaca a importância de tal concepção, na qual desenvolvimento e comportamento humanos são definidos em dialética relação com o contexto social. As RS compõem um fenômeno que se desenvolve na história, por meio de avanços, recuos e contradições. Justamente o caráter duplo (de serem compartilhadas socialmente e realizadas individualmente) e provisório (porque se alteram na história) dessas RS é que são defendidos por Moscovici em



oposição às linhas evolucionista e funcionalista de estudos em Psicologia Social. Destacamos a determinação histórica das formações discursivas para defendermos o conhecimento psicopedagógico que pode decorrer delas.

Assim, o estudo foi definido como pesquisa básica, exploratória e qualitativa, classificada como empírica por ser realizada a partir de entrevistas semiestruturadas – que expressam concepções sobre o exercício profissional dos participantes e sobre a Psicologia dentro da escola. O roteiro (instrumento de coleta) continha 15 questões abertas, elaboradas com base em aspectos biográficos, profissionais e representativos - destacados nos trabalhos de Bolívar (2006, 2013, 2014), Garcia (1999), Cruz (2006) e Imbernon (2009). As perguntas abordaram as seguintes temáticas: Identidade pessoal e profissional; Concepções de educação, escola e ensino; Função do psicólogo escolar e educacional; e Atuação do psicólogo escolar e educacional.

Na pesquisa mais ampla, a população alvo foi estimada em 3.690 professores – 2.482 vinculados à 39ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) e 1.208 à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) – porém nesse recorte trabalhamos com discursos de 13 sujeitos. Para seleção dos participantes nesse universo foram estabelecidos os critérios de inclusão: ser professor efetivo do Estado ou do Município, estar em exercício na sala de aula e ser voluntário para as entrevistas. Os critérios de exclusão foram: estar aposentado (também em afastamento com ou sem remuneração), no exercício de função gratificada ou qualquer indisponibilidade para conceder as entrevistas.

O roteiro foi aplicado em quatro dias e as gravações realizadas em aparelho digital (recorder SONY ICD-PX333), nas salas de professores das unidades escolares. A conversa geralmente ocorreu durante reuniões organizadas pelas equipes gestoras, mas também em intervalos nos quais os professores realizavam atividades coletivas sem alunos. Nesse momento, os docentes encontravam-se em auditórios ou salas de reuniões, sendo que a sala dos professores permanecia



vazia. Após a conclusão das transcrições os textos retornaram aos professores para aprovação do material, o que foi realizado por meio eletrônico.

Nessa etapa de checagem, alguns sujeitos manifestaram-se insatisfeitos com a forma como conduziram suas falas, alegando uso de linguagem muito vulgar ou a presença de lapsos que dificultavam a compreensão. Por isso, ressaltamos que as transcrições foram submetidas a um processo de adequação, no qual foram suprimidos a maior parte dos vícios de linguagem. As frases também foram organizadas para favorecer a fluência da leitura e facilitar a compreensão – o que as torna inevitavelmente mais próximas do texto escrito, contudo resguardado seu teor.

A partir daqui, com base nos levantamentos bibliográficos sobre pesquisas similares (LESSA, FACCI, 2011; TADA, SÁPIA, LIMA, 2010; BRASILEIRO, SOUZA, 2010; ULUP, BARBOSA, 2012), foram criadas hipóteses para classificação, nas quais seria possível enquadrar o resultado das transcrições. A triangulação por intermédio do quadro de referências fornece inclusive critérios para identificarmos saturação nos dados. Para essa definição utilizamos os termos de Fontanella, Ricas e Turato (2008), pelos quais tratam de restrição amostral por saturação teórica. As entrevistas registraram discursos sobre dois domínios e oito categorias, porém neste texto demonstramos os resultados relativos exclusivamente à categoria "medicalização". Esse mecanismo foi construído com o auxílio dos preceitos descritos pela triangulação de métodos (MINAYO, ASSIS, SOUZA, 2005).

RESULTADOS

Com a Tabela 1 identificamos a validade da categoria *Medicalização*, bem como a redundância dos dados registrados. Cada categoria foi composta por um conjunto de enunciados que decorreram das unidades de sentido encontradas nas



falas (BARDIN, 2011). Foram identificados cinco enunciados mais frequentes, que foram distribuídos na primeira coluna. A ocorrência das proposições que se enquadram em determinado enunciado, que por sua vez determina uma categoria, está registrada com “x”, considerando a fala de todos os sujeitos: S1, S2 ... S13. Na última linha deixamos a frequência dos enunciados na fala dos sujeitos tomados individualmente.

Tabela 1: Saturação entre os enunciados da categoria medicalização.

Enunciado	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12	S13	Total
<i>Distúrbios de comportamento</i>	x	x	x				x	x	x	x		x		8
<i>Desenvolvimento deficitário</i>	x	x				x	x	x		x	x			7
<i>Solução de problemas</i>	x	x		x				x	x		x		x	7
<i>Dificuldade de relação</i>	x				x	x		x	x					5
<i>Separa profissional de pessoal</i>		x	x								x	x		4
Total E	4	4	2	1	1	2	2	4	3	2	3	2	1	-

Fonte: Elaboração dos autores, com base no quadro de referências (FONTANELLA, LUCHESI, SAIDEL, RICAS, TURATO, MELO, 2011).

Na categoria *Medicalização*, ficaram reunidas as proposições que definem supostos problemas psicológicos, bem como a ajuda que o psicólogo pode trazer para a escola. Os enunciados apontam sentidos normalmente referentes a questões externas à escola – ocorrências encontradas tanto nas pesquisas do levantamento prévio quanto no questionário-piloto aplicado na primeira fase do estudo. Verificamos então que nas entrevistas essas assertivas são identificadas, sendo a saturação alcançada pela densidade da frequência.

Importa ressaltar que as categorias nunca se apresentaram de forma pura, nem as unidades de sentido são enquadradas em determinada categoria de forma excludente¹. Cumpre-nos registrar que os resultados aqui apresentados são fruto



de uma interpretação possível. Neste sentido, definimos inicialmente dois domínios nos quais visualizamos as categorias nas RS registradas no levantamento bibliográfico prévio.

Nesse texto, enfocamos o domínio "Representações Sociais de Psicologia e Psicologia Educacional e Escolar", no qual estão reunidas as concepções que tiveram os profissionais da Psicologia, ou o contexto profissional do psicólogo, como pano de fundo das reflexões. Como referências de análise nesse domínio, utilizamos os resultados de pesquisas que contextualizam o trabalho na formação inicial do psicólogo escolar e educacional. Em outros aportes, encontramos parâmetros para analisar o contexto da atuação profissional psicológica, assim como os profissionais da Psicologia como sujeitos. Por fim, analisamos também as práticas de psicólogos na escola na perspectiva da queixa escolar - dimensão importante para embasar o diálogo com a representação dos professores.

De maneira geral, vemos expressa nesse domínio uma visão que individualiza alguns aspectos negativos da rotina escolar – como a indisciplina – e defende como externa a causa dessas dificuldades. Por um lado, a ausência de investimentos do governo oferecem condições de trabalho que realmente limitam a capacidade de reflexão e ação (BOLIVAR, 2006; IMBERNON, 2009), assim como a alteração nos padrões de cultura retiraram da escola a centralidade no processo de aquisição do conhecimento. Também neste tocante, a autoridade é fator contribuinte para o sentimento de impotência e incapacidade que acomete o professor. De fato, consideramos que essas imagens permitem ancoragem aos elementos constitutivos da abordagem clínica, conforme pressupostos expostos em trabalhos da linha crítica (PATTO, 1999).

à medida que o professor vai tentar colocar em prática o objetivo, que é a formação do aluno, ele vai ter que exigir algum esforço desse aluno. E o aluno, ele tem uma certa resistência de se esforçar. Então, na consciência deles o professor pode dar notas, sem ele fazer esforço. O professor pode ajeitar uma questão de



prova, deixar ele fazer uma prova de consulta, alguma coisa assim, pra ele não ter que se esforçar muito. (...) ao mesmo tempo, se o aluno passa do limite, [se o professor] toma alguma postura disciplinar com o menino, às vezes o pai se sente ofendido, acha que o filho foi injustiçado (entrevista S1)

Os sentidos aqui reunidos sugerem que toda a Educação foi delegada à escola, exigindo esforços superiores às atividades programadas para o trabalho docente. A intensidade com que os currículos são atualizados, as exigências legais decorrentes do tratamento da diversidade e das necessidades educacionais especiais, bem como o paradigma pedagógico que destaca a importância de se levar em conta a individualidade do aluno, são as principais dificuldades relacionadas à profissionalidade docente.

precisa de muita vontade, principalmente vontade política, sabe? Investimento na educação, precisa. Não deixar ela da forma como se num passe de mágica resolvesse as coisas. Jogasse aquela culpa em cima do professor. Entendeu? A escola vai mal porque o professor vai mal, professor não se atualiza (entrevista S3)
Acho que os professores tinham que ter um acompanhamento diferente (...) com algum especialista. Porque é um cargo difícil. Às vezes as pessoas pensam "Ah! Vai lá é só pra cuidar", mas não é! (...) a gente tem que transmitir conhecimento, carinho, a gente tem que transmitir muitas coisas que os pais não transmitem (entrevista S12).

Importante na categorização da medicalização a perspectiva apresentada por Ulup e Barbosa sobre a maneira como são vistos os psicólogos ao entrar na escola. Tratando do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, buscando compreender a situação dos estágios em Psicologia Escolar, os autores registram que inicialmente os alunos eram vistos “como representantes do saber psi, [e] eram colocados ora no lugar de fiscais, ora de salvadores, de sabe-tudo e até mesmo de confesores daquelas pessoas” (2012, p. 254). Ficam nítidas nessas palavras as características principais de: deslegitimação sentida pelo professor, visão “mágica” de Psicologia, bem como a importância que têm as demandas



afetivas e emocionais dos profissionais da Educação – assim como de toda a comunidade.

Eu por exemplo, dou 60, 70 aulas por semana. Pergunte-me se eu faço planejamento disso. Não! Não faço. (...) eu dou aula há 30 anos. Estou repetindo o que eu fazia antes. Então não tem condições da gente pegar essa utopia de você ver a individualidade do aluno, pra tratar isso, tratar o aluno como um ser diferente. Como? Que horas que eu vou fazer isso? (...) a gente tem que ser valorizado pelo governo. A gente tem que ter apoio dos pais dentro de casa. Cobrar fazer tarefa, fazer tudo.(...) Porque só o professor em si, não vai conseguir (entrevista S2).

Um atributo chama atenção nesse domínio, e especialmente nessa categoria, por ser importante indício de concepções controversas sobre Psicologia. Diz respeito aos discursos que apregoam a separação entre os problemas “de fora” e os da escola, ao mesmo tempo em que confiam na cisão objetiva entre nível pessoal e profissional da experiência docente. Nas transcrições, a recorrência dessa unidade de sentido foi reconhecida em quatro sujeitos (Tabela 1) e diversas vezes na mesma fala. Neste aspecto, comprovamos a relação íntima entre projetos de vida e projetos profissionais, na definição da profissionalidade docente (BOLÍVAR, 2006; CRUZ, 2006; IMBERNÓN, 2009).

Você tem que equilibrar bem, porque senão você perde o controle. Você tem que saber separar bem, o que está lá fora com os problemas que você está tendo aqui dentro. As suas dificuldades. Não ficar pensando que tudo é culpa sua (entrevista S5)
Procurro sempre deixar os problemas de fora, da escola pra fora (entrevista S12)

Então, nesse domínio circunscrevem-se proposições e expressões nas quais a Psicologia trabalha, aperfeiçoa e ajuda o ser humano, tendo em vista seu papel no exercício da vida e do ofício docente. Esse domínio reúne também concepções menos hegemônicas, nas quais a função da Psicologia é atuar inclusive institucionalmente.



um aluno com problemas que talvez os professores a princípio percebam que sejam voltados pra coisas psicológicas, etc. Daí ele [psicólogo] poderia intervir nesse ponto, não sei. (entrevista S4)

hoje na vida, na imprensa, na mídia que está aí, todo mundo acha que o que importa é os extremos. E na verdade pra você ter uma saúde boa, você tem que ter é aquela, aquela mediança, temperança. Por que senão, o que que acontece? Um dia você está mal, e daí você quer se sentir muito mal porque isso parece pela mídia que é legal, enfim, ou qualquer coisa nesse sentido, outro dia você está muito bem e você quer se sentir super bem, às vezes até extrapola com bebidas, ou alguma coisa assim. Então são os extremos (...) Isso na sala de aula o professor, que tem uma tranquilidade pra dar aula, o aluno percebe (entrevista S7)

Eu acho que só do psicólogo ouvir os alunos, e também os professores, ele vai estar ajudando muito. Daí ele vai poder ver o que fazer por cada aluno, porque são alunos que vêm com problemas de casa. Diferentes problemas. Os professores também (entrevista S8)

Dessa forma, é lícito caracterizar as expressões reunidas na categoria como higienistas (GARRIDO, 2011), em função da defesa da Psicologia como ciência que trata patologias e distúrbios encontrados no ambiente escolar – levando inclusive a prescrição de intervenção médica. Para especificar de que maneira tratamos o conceito, trazemos trecho de uma produção do Conselho Federal de Psicologia como exemplo:

As expressões medicalização e patologização designam processos que transformam, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como “doenças”, “transtornos”, “distúrbios” que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 17)

Tada, Sápia e Lima (2010) também comprovam que, entre os psicólogos escolares na cidade de Porto Velho (RO), o modelo de atuação médico e de longo prazo é amplamente difundido na realidade contemporânea da PEE. Em outros



termos, Lessa e Facci (2011) ajudaram a constituir a categoria tendo em vista referência a um modelo de atuação profissional pautado na perspectiva mais ampla sobre Educação e sociedade. Segundo as autoras, teorias e métodos em Psicologia avançam em direção a uma prática voltada para a problematização dos processos que se realizam durante a rotina escolar. Outro aspecto deste método de trabalho diz respeito à contextualização dos “problemas educacionais” em função dos problemas mais gerais da sociedade brasileira e mundial.

Novamente cumpre ressaltar que *Medicalização* foi uma categoria vista em contraste. Embora tenhamos encontrado em outras pesquisas indícios de que as RS predominantes estariam relacionadas à visão clássica, buscamos em artigos como de Lessa e Facci (2011) parâmetros para dialogar com diretrizes mais “humanizadas”.

a gente como professora, vejo assim, a gente vê o lado pedagógico. Mas eu acho que tem umas coisas na criança que não é só essa questão comportamental. Pode estar relacionado a uma patologia, a algum distúrbio de comportamento. Acho que deveria ter em cada unidade de serviço um psicólogo, em cada UBS, que pudesse atender aquela escola, aquele bairro (entrevista S10).

Por fim, sobre RS de Psicologia e PEE, sondamos com o questionário-piloto qual contato o professor já teve com psicólogo e encontramos que quase metade já atuou com o profissional em escola. Grande parte já atuou com ele fora da escola e parcela considerável dos sujeitos tem psicólogos na família. Desta forma, quase nenhum professor descarta a importância da Psicologia em geral, sendo que todos afirmam ser importante a permanência de um psicólogo em cada unidade escolar.

O profissional é visto predominante como mediador ou gerenciador de conflitos na instituição escolar, atuando na escuta e na conversa com os membros da comunidade. Não é clara a ação prática atribuída a este psicólogo, porém parecem nítidas as imagens associadas a determinados benefícios: ampliação da “visão”, esclarecimentos das “coisas” e respaldo para as “coisas psicológicas”.



Cabe ressaltar que não existem referências ao papel da PEE na investigação científica sobre os problemas escolares.

DISCUSSÃO

Essas considerações fazem parte dos diálogos que estabelecemos com a TRS, em larga medida decorrente da obra “seminal” do psicólogo social Serge Moscovici. O pesquisador romeno-francês desenvolveu-a com o intuito de se opor aos preceitos positivistas (a neutralidade oriunda das ciências físicas) e funcionalistas (calcados na metáfora corpo e na objetividade do fato social) que separavam, no tratamento dos objetos, as dimensões individual e coletiva do sujeito.

Com os estudos sobre a triangulação de métodos em mente, reunimos elementos para sustentar as análises estabelecidas com referências a identidade e formação de professores, bem como PEE. Pela síntese das teorias e experiências práticas reunidas aqui, entendemos que essa tríade se desenvolve em etapas (não necessariamente sucessivas) relativas a: o material concreto ou empírico, o diálogo com a produção acadêmica na área e a análise da conjuntura político-social.

As referências teóricas que elegemos para efeito comparativo assentam-se principalmente sobre: o discurso médico, a biologização da vida e a mercantilização da educação - além da produção acadêmica sobre formação de professores. A respeito da medicalização, pautamo-nos em textos veiculados no livro organizado por GIQE, CRP SP e SinPsi. Mais do que isso, os referenciais aqui tratados permitiram um diálogo com as ideias veiculadas pelos professores, na medida em que exigem autocrítica e co-responsabilização. De maneira complementar, nas palavras de Souza (2011) o movimento crítico deve assentar-se em: "compromisso com a luta por uma escola democrática e com qualidade social; ruptura epistemológica relativa à visão adaptacionista da Psicologia e a construção de uma



práxis psicológica frente à queixa escolar". Contudo, é lícito destacar que a crítica passa para a berlinda com o foco dado às políticas públicas promovidas a partir dos anos 2000.

Nesses termos, *Medicalização* foi uma categoria selecionada com base no levantamento sobre outras pesquisas da área de PEE, e apresentou-se com ocorrência ampla no nosso estudo. Escolhemos enfatizá-la nesta exposição tendo em vista a abrangência que seus termos têm em relação às outras categorias. Além disso, o conceito de medicalização é importante aporte para as críticas que ensejamos sobre individualização e culpabilização do "fracasso escolar".

Em relação às RS, percebemos que os professores ancoram-nas em um referencial tradicional, pouco inspirado em pedagogias ativas, construtivismo ou escolanovismo. Quanto a representações de educação, ensino e escola, ficou clara a associação com um ambiente conflituoso, e que este fator é gerador de tensões e desconfortos diante da "perda" da autoridade e da "crise" dos valores. A imagem objetiva-se nas situações de cobrança e pressão que os professores narram. Sendo assim, a maior parte atribui ao educando o papel de "aprendente", em relação direta com o do professor investido no papel de "ensinar".

Ainda nesses termos, quando questionado sobre a importância da escola no desenvolvimento do indivíduo, o professor costuma responder que é "grande", porém "não absoluta". Com esta operação o sujeito deixa espaço para objetivar ausência de responsabilidade em outras proposições. O fato de que mais de 25% dos profissionais se diz plenamente satisfeito com sua atuação em sala revela que expressiva maioria atribui a características pessoais do aluno a maior relevância sobre os fatores que favorecem/dificultam a aprendizagem.

Mais uma vez fica reforçada a visão tradicional na qual as "famílias sem estrutura" têm grande recorrência nas RS, enquanto é quase nula a referência a condicionantes econômicos como fatores influentes no processo ensino-aprendizagem. Esta é uma imagem ancorada em visão biologizante -



registrada na literatura acadêmica e sintetizada pelas unidades de sentido.

Com relação à atuação, os professores esperam majoritariamente que o psicólogo chegue para promover desenvolvimento pessoal e coletivo - a partir de imagens que consideram o psicólogo um profissional experimentado nas questões do ser humano, na natureza de seu comportamento e nas “coisas da mente”. A grande contribuição esperada da Psicologia refere-se ao enfrentamento dos problemas de "fora da escola", da dor e da frustração.

Por outro lado, o maior temor dos professores refere-se à fiscalização que o psicólogo pode fazer do trabalho docente, na defesa dos interesses da administração/gestão escolar. Número significativo revela preocupação com a atuação restrita à prescrição medicamentosa, embora outra parte também espere que sejam realizados testes psicométricos.

Finalmente, os resultados proporcionaram elementos para indicarmos tendências a serem trabalhadas na formação continuada de professores. Sem a pretensão prescritiva, contribuímos com este trabalho para as iniciativas de avaliar o perfil - com base nos atributos de uma categoria - e planejar estratégias de ensino e aprendizagem que atendam às demandas específicas desse público.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, C. B.; SOUZA, B. P. Apresentação. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. (Orgs.) **Medicalização de crianças e adolescentes**: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70, 2011.

BOLÍVAR, A. **La identidad profesional del profesorado de secundaria**: crisis y reconstrucción. Málaga, España: Ediciones Aljibe. 2006.



BOLÍVAR, Antonio. La lógica del compromiso del profesorado y la responsabilidad del centro escolar. una nueva mirada. **REICE. Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**. vol. 11, n. 2, p. 59-86, 2013. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10486/661464>> Acesso em: 27 de jul. 2017.

BOLÍVAR, Antonio. Las historias de vida del profesorado: voces y contextos. **Revista mexicana de investigación educativa**, v. 19, n. 62, p. 711-734, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-66662014000300004&script=sci_arttext> Acesso em: 27 de jul. 2017.

BRASILEIRO, T. S. A.; SOUZA, M. P. R. Psicologia, diretrizes curriculares e processos educativos na Amazônia: um estudo da formação de psicólogos. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.). v. 14, n. 1, p. 105-120. 2010. ISSN 1413-8557.

CARVALHO, I. S. C.; SOUZA, M. V. M. A representação social de alunos de escolas da rede particular de ensino acerca do papel do psicólogo escolar. **Trab. linguist. apl.**, Campinas. v. 51, n. 1, p. 235-244. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132012000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de jul. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Subsídios para a campanha: Não à medicalização da vida**. 2013. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf . Acesso: em 27 de jul. 2017.

CRUZ, M.F. **Desarrollo profesional docente**. España: Grupo Editorial Universitario, 2006.

FONTANELLA, B.J.B.; RICAS, J.; TURATO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**. v. 24, n. 1, p. 17-27. 2008.

FONTANELLA, B.J.B.; LUCHESI, B.M.; SAIDEL, M.G.B.; RICAS, J.; TURATO,



E.R.; MELO, D.G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, v. 27, n. 2, p. 389-394. 2011.

GARCÍA, C.M. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Lisboa: Porto Editora, 1999.

GARRIDO, R. A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. (Orgs.) **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez. 2009.

de LESSA, P. V.; FACCI, M. G. D. A atuação do psicólogo no ensino público do Estado do Paraná. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, n. 1, p. 131-141. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/14.pdf>> Acesso em: 27 de jul. 2017.

MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Orgs.). **Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MONTEIRO, H.R.; ANGELUCCI, C.B.; PROENÇA, M.; MOISES, H. (Orgs.) **Manifesto do fórum sobre medicalização da educação e da sociedade**. 2010. Disponível em: < <http://medicalizacao.com.br/arquivos/manifesto-port.pdf>> Acesso em: 27 de jul. 2017.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999.

SÃO PAULO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei, PL 0086/2006**. Dispõe sobre o



Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem diagnosticado como Dislexia. 2006. Disponível em:

<<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/2006/00/00/0H/2E/00000H2E4.PDF>>

Acesso em: 27 de jul. 2017.

SOUZA, M.P.R. Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. (Orgs.) **Medicalização de crianças e adolescentes**: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011.

TADA, I. N. C.; SÁPIA, I. P.; LIMA, V. A. A. Psicologia Escolar em Rondônia: formação e práticas. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 333-340. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n2/a15v14n2>>

Acesso em: 27 de jul. 2017.

ULUP, L.; BARBOSA, R. B. A formação profissional e a ressignificação do papel do Psicólogo no cenário escolar: uma proposta de atuação de estagiários a psicólogos escolares. **Psicol. ciênc. prof**, v. 32, n. 1, p. 250-263. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000100018

> Acesso em: 27 de jul. 2017.